

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

154 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 20 a 24/02/2023

 AGRESSAO RUSSA NA UCRANIA - UM ANO DEPOIS CONFERÊNCIA DE SEGURANÇA DE MUNIQUE COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR BIOECONOMIA CIRCULAR REUNIÃO COMISSÁRIO VIRGINIJUS SINKEVIČIUS NA AR 		1
		2
		3
		3
5. EUROBARÓ	OMETRO .	4
6. REPowerEU - MRR		4
7. MECANISM	O DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA - BALANÇO DOS RESULTADOS	4
8. COMISSÃO EUROPEIA PESCAS, AQUICULTURA E ECOSSISTEMAS MARINHOS 9. COMISSÃO EUROPEIA CONETIVIDADE NA UE		5 6
	Conselho dos Negócios Estrangeiros	6
	Conselho (Assuntos Gerais)	6
11. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA		7
	Parlamento Europeu	7
	Comissão Europeia	7
	Conselho da União Europeia	7
12. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR		7

1. AGRESSÃO RUSSA NA UCRÂNIA - UM ANO DEPOIS

Assinalou-se hoje, dia 24 de fevereiro de 2023, um ano desde que se iniciou a agressão militar russa na Ucrânia, de que demos inicialmente nota nas Sínteses n.º 112 e 113.

São vários os relatos e trabalhos que assinalam este momento, sendo de destacar <u>este</u>, da biblioteca do Conselho da União Europeia (UE), <u>este</u>, do Parlamento Europeu (PE), ou <u>este</u>, da Comissão Europeia.

Os membros do Conselho Europeu adotaram uma Declaração sobre esta data, disponível <u>aqui</u>. Refira-se ainda que, na véspera, a <u>Comissão Europeia propôs renovar os benefícios comerciais para a Ucrânia por um ano</u>, renovando assim a suspensão dos direitos de importação, dos contingentes pautais e das medidas de defesa comercial aplicáveis às exportações ucranianas para a União Europeia — conhecidas como medidas comerciais autónomas.

O Presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, divulgou um vídeo sobre esta ocasião, disponível <u>aqui</u>, em que manifesta a sua convicção de que a Ucrânia vencerá o conflito.

A imprensa de referência deu, igualmente, grande destaque a esta data, sendo de assinalar <u>este</u> trabalho, do *Politico*, bem como os do *The Guardian*, disponíveis <u>aqui</u> e <u>aqui</u>, e a análise prospetiva do *Economist*, <u>aqui</u>.

Esta semana ficou, ainda, marcada pela visita do Presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Joe Biden, a Kiev, onde se encontrou com o Presidente da Ucrânia. O discurso está disponível <u>aqui</u> e a cobertura de imprensa <u>aqui</u>.



Dimitar Dilkoff/AFP/Getty Images

O Presidente da Federação russa, Vladimir Putin, havia também feito um discurso à nação no início da semana, cuja análise pode ser lida <u>aqui</u>.

A China, por seu lado, apelou ao início de conversações de paz, tendo o Ministério dos Negócios Estrangeiros apresentado um plano de 12 pontos para um acordo político, disponível <u>aqui</u>. Recorde-se que, esta semana, o Secretário-Geral da NATO, Jens Stoltenberg, <u>considerou</u> que o possível auxílio militar da China à Rússia, <u>assinalado</u> pelos serviços de informações dos EUA, seria "*um grande erro*", pois significaria "*apoiar uma guerra ilegal de agressão, violando o direito internacional e violando a Carta das Nações Unidas*". Estas declarações foram proferidas numa <u>conferência de imprensa conjunta</u> com a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e com a Primeira-Ministra da Estónia, Kaja Kallas.

1

Finalmente, importa dar nota de que a Assembleia-Geral das Nações Unidas, reunida na 11.ª sessão especial de emergência, adotou uma nova resolução apelando ao fim da guerra. A resolução de 11 parágrafos, disponível aqui, reiterou o seu pedido de que a Rússia "retire imediata, completa e incondicionalmente todas as suas forças militares do território da Ucrânia e apelou a uma cessação das hostilidades".

141 Estados-Membros estiveram a favor desta resolução e sete contra - Bielorrússia, República Popular Democrática da Coreia, Eritreia, Mali, Nicarágua, Rússia e Síria. Entre as 32 abstenções encontram-se a China, a Índia e o Paquistão.



No dia 23 de fevereiro, a fachada do Palácio de São Bento esteve <u>iluminada com as cores da bandeira da Ucrânia</u>, assinalando a solidariedade da Assembleia da República àquele país, quando se completa um ano do início da invasão da Rússia.

No dia 24, teve lugar um debate em <u>plenário</u> sobre a situação na Ucrânia.



2. CONFERÊNCIA DE SEGURANÇA DE MUNIQUE

Decorreu, entre os dias 17 a 19 de fevereiro, a edição anual da Conferência de Segurança de Munique, que esteve naturalmente centrada na situação na Ucrânia. Além disso, foi apresentado o relatório anual de segurança de 2023, disponível aqui e sumário-executivo aqui, e que assinala que "Os debates sobre diferentes visões para a futura ordem internacional são muitas vezes abstratos e teóricos. Ao invadir a Ucrânia, o Presidente russo Vladimir Putin tornou o confronto de visões concorrentes numa realidade brutal e mortal. O Relatório de Segurança de Munique 2023 explora a intensificação do revisionismo autoritário e a crescente competição entre

diferentes visões para a ordem internacional. Também estimula o debate sobre como a coligação que defende a visão de uma ordem liberal e baseada em regras pode ser alargada e reforçada.".

Uma das notas mais salientes destes debates foi o relato de que a Comissão Europeia estará a preparar uma proposta para utilizar o orçamento da UE para pré-financiar compras de armas e munições, o que representaria um desenvolvimento sem precedentes na indústria de defesa destinada a acelerar o fornecimento de armas à Ucrânia. O modelo a seguir replicaria o utilizado para a aquisição conjunta de vacinas contra a COVID-19 e a proposta deverá ser publicada antes da reunião do Conselho de Ministros da Defesa da UE, prevista para 7 de março.

3. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR | BIOECONOMIA CIRCULAR

No âmbito da sua dimensão parlamentar, a Presidência sueca organizou uma <u>Conferência Interparlamentar</u> <u>Digital, dedicada ao tema *Bioeconomia Circular*</u>. A Assembleia da República participou nesta conferência com uma delegação composta pelos Deputados Marta Freitas (PS) e Paulo Ramalho (PSD), Comissão de Agricultura e Pescas, e Deputados Rui Lage (PS) e Hugo Martins de Carvalho (PSD), Comissão de Ambiente e Energia.

A conferência focou-se sobretudo no papel da bioeconomia no âmbito do Pacto Ecológico Europeu, modelos circulares de negócio e próximos passos da bioeconomia circular na Europa. Tiveram ainda lugar sessões de discussão paralelas dedicadas ao papel e possibilidades da indústria florestal, estratégias nacionais e regionais de bioeconomia, a bioeconomia no contexto da segurança alimentar da Europa e a bioeconomia do mar. O vídeo encontra-se disponível aqui.

4. REUNIÃO COMISSÁRIO VIRGINIJUS SINKEVIČIUS NA AR

O <u>Comissário Europeu Virginijus Sinkevičius, responsável pela pasta do Ambiente, Oceanos e Pescas, reuniu na Assembleia da República</u> com os membros da Comissão de Assuntos Europeus, Comissão de Agricultura e Pescas e Comissão de Ambiente e Energia (vídeo disponível <u>aqui</u>).

O Comissário referiu, na sua intervenção, a situação na Ucrânia, um ano após a agressão russa, destacando a importância da recuperação ecológica. Focou a riqueza da biodiversidade em Portugal, assim como o vasto ambiente marinho, referindo que a Comissão segue uma abordagem com base no Pacto Ecológico Europeu, procurando alcançar a neutralidade climática, que tem impacto na segurança, energia, natureza, e no futuro viável para cidadãos, empresas e ambiente. Deu ainda nota dos desenvolvimentos no âmbito da lei do clima, estratégia para a biodiversidade e economia circular, da necessidade de acelerar a transição ecológica e da importância do *Fit for 55*, assim como das iniciativas relativas à reciclagem de produtos. Salientou a relevância de reduzir a dependência da UE de matérias essenciais, apostar nas energias renováveis e mobilidade elétrica, restauração da natureza além da sua conservação, sistemas alimentares sustentáveis, solos saudáveis e monitorização florestal com tecnologias digitais, ajudando a prevenir os incêndios florestais. Terminou com uma referência à área dos oceanos e pescas, focando-se nas iniciativas apresentadas pela Comissão Europeia esta semana sobre o tema (Cfr. ponto 8).

No período de debate foram abordadas questões como uso agro-florestal dos solos e absorção de carbono, hidrogénio verde, perda de espécies e habitats e consequências das alterações climáticas, limitação dos instrumentos nacionais para cumprir os objetivos da biodiversidade, mecanismos de financiamento nesta sede, transformação de veículos a combustão e incentivos de transição nesta indústria, exploração de metais raros na plataforma continental, quadro voluntário de captura de carbono e articulação com o comércio europeu de licenças de emissão, Plano Industrial do Pacto Ecológico, futuro da pesca de pequena escala, costeira e artesanal, aplicabilidade do princípio da precaução na mineração em mar profundo, questões energéticas associadas aos edifícios e relação destas matérias com o Plano de Recuperação e Resiliência.

5. EUROBARÓMETRO

O <u>inquérito do Eurobarómetro</u> publicado esta semana mostra que, quase um ano após a invasão em grande escala da Ucrânia pela Rússia, mantém-se uma forte **solidariedade dos europeus com a Ucrânia** e o seu apoio a favor das ações desenvolvidas para ajudar este país e os seus habitantes. 91% dos respondentes concordam com o fornecimento de ajuda humanitária e 88% são a favor do acolhimento na UE das pessoas que fogem da guerra, enquanto que a prestação de ajuda financeira à Ucrânia é apoiada por 77% e a imposição de sanções económicas contra o governo, as empresas e os cidadãos russos tem o apoio de 74% dos entrevistados.

Na sua grande maioria, os cidadãos da UE também **apoiam a aceleração da transição energética**, nomeadamente os investimentos nas energias renováveis e as ações para reduzir a dependência da UE em relação às fontes energéticas russas (84% dos inquiridos).

Embora a inflação seja uma preocupação importante para os europeus, estes continuam a **apoiar fortemente o euro** (71%, o segundo nível mais alto jamais registado).

47% dos europeus tendem a confiar na UE e 32% tendem a confiar nos governos nacionais. 45% dos europeus têm uma imagem positiva da UE, 36% uma imagem neutra e 18% uma imagem negativa. Finalmente, 62% sentem-se otimistas em relação ao futuro da UE.

6. REPowerEU - MRR

O Conselho adotou formalmente um regulamento de alteração para incluir capítulos REPowerEU no Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR). O objetivo é reforçar a autonomia estratégica da UE, diversificando o seu aprovisionamento energético e pondo termo à sua dependência das importações russas de combustíveis fósseis. Os Estados-Membros poderão assim acrescentar um novo capítulo REPowerEU aos seus planos nacionais de recuperação e resiliência para financiarem os principais investimentos e reformas que contribuirão para a sua consecução. Serão disponibilizadas subvenções adicionais no valor de 20 mil milhões de euros para financiar os investimentos e as reformas e as fontes de financiamento serão o Fundo de Inovação (60%) e a distribuição antecipada de licenças de emissão do CELE (40%). A fórmula de repartição tem em conta a política de coesão, a dependência dos Estados-Membros em relação aos combustíveis fósseis e o aumento dos preços do investimento. Os Estados-Membros terão mais oportunidades para solicitar apoio sob a forma de empréstimos, nomeadamente no caso de pedidos superiores a 6,8% do RNB, caso se apliquem as condições pertinentes.

Após a proposta da Comissão e adoção pelo Parlamento Europeu, esta é a última etapa do processo de adoção, devendo o regulamento ser publicado no Jornal Oficial da UE, entrando em vigor no dia seguinte.

7. MECANISMO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA - BALANÇO DOS RESULTADOS

Assinalando o segundo aniversário da criação do <u>Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR)</u>, a Comissão Europeia adotou uma <u>comunicação</u> que faz o balanço dos resultados concretos alcançados até à data através do impulso duplo e sem precedentes do MRR a reformas e investimentos ecológicos e digitais nos Estados-Membros. Refere assim que:

- o MRR tem tido um impacto transformador nas economias dos Estados-Membros, combinando planos nacionais de reformas e investimentos com prioridades e financiamento comuns;
- a conceção do MRR está a orientar um ciclo de mudança, segundo o qual as reformas propostas pelos Estados-Membros lançam as bases para os investimentos subsequentes previstos nos seus planos de recuperação e resiliência, bem como os que são impulsionados por outros fundos da UE, fundos nacionais e, fundamentalmente, pelo setor privado. A médio prazo, a Comissão estima que os

investimentos financiados pelo *NextGenerationEU* podem aumentar o PIB da UE em cerca de 1,5% em 2024 e estimular ainda mais a criação de emprego;

- face a um contexto em constante mudança, o MRR revelou-se um instrumento altamente versátil, capaz de dar resposta a vários novos desafios emergentes, devendo os Estados-Membros envidar todos os esforços para aproveitar plenamente as oportunidades por ele proporcionadas e cumprir os prazos a que se comprometeram nos seus planos;
- na primavera de 2023, os Estados-Membros deverão acrescentar aos seus planos de recuperação e resiliência capítulos REPowerEU, a fim de dar uma resposta conjunta à crise energética mundial e contribuir também para concretizar as sinergias previstas no Plano Industrial do Pacto Ecológico da UE;
- para manter a transparência do funcionamento do Mecanismo, foi criada a grelha de avaliação da recuperação e resiliência, fornecendo informações em tempo real sobre os desembolsos e os progressos realizados pelos Estados-Membros, transparência esta aumentada pelo Regulamento REPowerEU, que exige que os Estados-Membros publiquem informações sobre os 100 maiores destinatários finais de cada plano nacional.

A comunicação apresenta também instrumentos de execução para aumentar a previsibilidade e a transparência do MRR: quadro para avaliar o cumprimento satisfatório dos marcos e das metas aquando do tratamento dos pedidos de pagamento e metodologia para determinar o montante a suspender em caso de cumprimento parcial, por um Estado-Membro, dos marcos e das metas relacionados com um pedido de pagamento.

As perguntas e respostas sobre este tema podem ser encontradas <u>aqui</u>.

8. COMISSÃO EUROPEIA | PESCAS, AQUICULTURA E ECOSSISTEMAS MARINHOS

A Comissão Europeia apresentou esta semana um <u>pacote de medidas destinadas a melhorar a sustentabilidade e resiliência do setor das pescas e da aquicultura da UE</u> através de:

- uma comunicação sobre a transição energética no setor das pescas e da aquicultura da UE;
- um plano de ação para a proteção e restauração dos ecossistemas marinhos a favor de uma pesca sustentável e resiliente;
- uma comunicação sobre a política comum das pescas de hoje e de amanhã; e
- um relatório da organização comum dos mercados dos produtos da pesca e da aquicultura.

Com o objetivo de promover a utilização de fontes de energia mais limpas, reduzir a dependência dos combustíveis fósseis e diminuir o impacto do setor nos ecossistemas marinhos, a Comissão propõe criar uma parceria para a transição energética; reforçar a contribuição da Política Comum das Pescas para os objetivos ambientais da UE e diminuir o impacto negativo das atividades de pesca nos ecossistemas marinhos e nos fundos marinhos; eliminar progressivamente a pesca pelo fundo com artes móveis em todas as zonas marinhas protegidas até 2030, o mais tardar, e proibi-la em todas as zonas marinhas protegidas recém-criadas. A Comissão propõe ainda um «Pacto das Pescas e dos Oceanos» que reúna todas as partes interessadas, que abra uma nova fase de diálogo e cooperação entre a Comissão e as partes interessadas no setor das pescas e contribua para um entendimento comum dos objetivos a alcançar.

As secções de perguntas e respostas sobre as várias iniciativas encontram-se disponíveis aqui.

9. COMISSÃO EUROPEIA | CONETIVIDADE NA UE

A Comissão Europeia apresentou também um conjunto de <u>ações</u> destinadas a permitir que todos os cidadãos e empresas da UE beneficiem de conectividade a gigabits até 2030, em consonância com os objetivos da <u>Década Digital da Europa</u>, bem como a transformar o setor da conectividade na UE:

- proposta de <u>Regulamento Infraestruturas Gigabit</u>, que estabelece novas regras para permitir uma implantação mais rápida, mais barata e mais eficaz das redes Gigabit em toda a UE;
- projeto de <u>Recomendação Gigabit</u>, que visa fornecer às autoridades reguladoras nacionais orientações sobre as condições de acesso às redes de telecomunicações dos operadores com poder de mercado significativo, a fim de incentivar um abandono mais rápido das tecnologias clássicas e uma implantação acelerada das redes Gigabit;
- consulta exploratória sobre o futuro do setor e das infraestruturas de conectividade para recolher pontos de vista sobre a forma como o aumento da procura de conectividade e os avanços tecnológicos são suscetíveis de afetar a evolução e as necessidades futuras.

Sobre o tema, o Comissário para o Mercado Interno, Thierry Breton, referiu que «Estamos hoje a garantir que todos os cidadãos, em toda a UE, tenham acesso a uma conectividade rápida e segura. Mas a Internet de alta velocidade exige investimentos avultados. É por isso que, além de facilitar a implantação da rede a curto prazo, nos estamos a debruçar sobre a importante questão de saber quem deve pagar a próxima geração de infraestruturas de conectividade, nomeadamente se as plataformas devem partilhar os custos do investimento na conectividade da próxima geração com os operadores de telecomunicações.».

A secção de perguntas e respostas encontra-se disponível.

10. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho dos Negócios Estrangeiros

O Conselho trocou pontos de vista sobre a agressão da Rússia contra a Ucrânia na altura em que se cumpre um ano da invasão, tendo sido debatido o apoio militar à Ucrânia através do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz e de atividades de formação no âmbito da Missão de Assistência Militar da UE de apoio à Ucrânia. Foram também referidas as necessidades urgentes e consideráveis da Ucrânia em termos de munições e a forma de intensificar os esforços conjuntos da UE, a adoção do 10.º pacote de sanções, a questão da plena responsabilização pelos crimes russos e a ação diplomática junto dos parceiros do G7 e das Nações Unidas, bem como a Iniciativa dos Cereais do Mar Negro, que expira em meados de março. Os ministros procederam também a uma troca de pontos de vista sobre o Afeganistão, debateram a diplomacia climática e energética e decidiram impor medidas restritivas a mais 32 pessoas e duas entidades responsáveis por graves violações dos direitos humanos no Irão. O Conselho procedeu ainda a uma troca informal de pontos de vista com o ministro dos Negócios Estrangeiros e da Integração Europeia da República da Moldávia, na qual confirmaram o apoio da UE à Moldávia na sua trajetória europeia, tendo a Moldávia manifestado desejo de beneficiar de uma missão da UE no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa, possibilidade que será explorada pelo Conselho.

Conselho (Assuntos Gerais)

Foi dado início aos <u>preparativos para o Conselho Europeu de 23 e 24 de março</u>, que será dedicado à guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia em todas as suas dimensões e ao apoio contínuo da UE à Ucrânia e à sua população, à competitividade, mercado único e economia, ao balanço dos progressos realizados na aplicação das suas conclusões sobre a energia, assim como a questões de migração e de política externa. Os ministros foram informados sobre o seguimento dos sismos na Turquia e na Síria, e sobre a organização de uma conferência de doadores em março. A Comissão apresentou a comunicação e recomendação sobre os «Objetivos da UE em

matéria de resiliência a catástrofes». Por fim, o Conselho solicitou a aprovação do Parlamento Europeu para adotar as decisões relativas à celebração pela UE da Convenção para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Convenção de Istambul) e adotou formalmente um regulamento que permitirá acrescentar um novo capítulo REPowerEU aos planos nacionais de recuperação e resiliência (Cfr. ponto 6).

11. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Na próxima semana, os trabalhos no Parlamento Europeu serão dedicados às <u>atividades das comissões</u> <u>parlamentares</u>.

Comissão Europeia

A próxima reunião do Colégio será no dia 1 de março e será dedicada ao pacote de segurança na estrada.

Conselho da União Europeia

O <u>calendário</u> completo está disponível, destacando-se:

- 27.02: <u>Reunião informal dos ministros responsáveis pelas Telecomunicações, os Transportes e a Energia</u>
- 02.03: Conselho (Competitividade) sobre Mercado Interno e Indústria

12. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR

Na próxima semana terão lugar as seguintes reuniões/conferências interparlamentares:

- Semana Parlamentar Europeia terá lugar no Parlamento Europeu em Bruxelas, nos dias 27 e 28 de fevereiro e engloba a Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na UE e Conferência sobre o Semestre Europeu. Além das sessões plenárias dedicadas aos temas Desafios económicos e sociais em tempos de incerteza geopolítica, Revisão do quadro de governação económica da UE e Trabalho remoto na UE, as comissões ECON, BUDG e EMPL organizarão sessões de debate paralelas com os membros do Parlamento Europeu e dos Parlamentos nacionais.
- Conferência Interparlamentar PESC/PCSD (Política Externa e de Segurança Comum/Política Comum de Segurança e Defesa): terá lugar em Estocolmo, nos dias 2 e 3 de março, e os painéis de debate englobam temas como A agressão russa contra a Ucrânia, A bússola estratégica da UE para a segurança e defesa desafios e oportunidades, O Ártico e as Prioridades da Política Externa e de Segurança Comum/Política Comum de Segurança e Defesa.

Bruxelas | 24 de fevereiro de 2023

Para mais informações: <u>Catarina Ribeiro Lopes</u>, Representante Permanente da AR junto da UE e <u>Bruno Dias Pinheiro</u>, Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores aqui (ARNet) ou aqui.